

Entre “laços e embaraços”

As opiniões se cruzam e tentam se distinguir

Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer¹

“É através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”. (Munanga, 1986).

Muito se tem reivindicado e discutido, mas pouco se tem concretizado no que tange às conquistas almeçadas pela comunidade de afro-descendentes em relação à educação e seus direitos em geral. Aos poucos, mas muito timidamente, o grupo de afro-descendentes vem se fortalecendo nas universidades, configurado como mais uma agremiação que busca seu espaço dentro da organização. Ainda que as portas se tenham mantido abertas para o diálogo, há, de certa forma, uma preocupação que acompanha todo o processo: até que ponto todo este movimento em favor da comunidade negra tem intenção de dar continuidade à expectativa de que seja possível fazer um resgate histórico e



moral da História? Assim como a luta histórica dos escravos e escravas no Brasil, far-se-á necessária ainda muita luta para que a comunidade negra realmente seja respeitada junto à população brasileira. “Se a história ensinada na escola souber contemplar também a vida vivida no dia-a-dia dos grupos menosprezados pela sociedade, então estaremos ensinando e aprendendo a história brasileira integralmente realizada”².

Com orgulho, os imigrantes cantam e dançam em comemoração

às conquistas na América, dizendo: “A América que nós fizemos!” É do conhecimento de todos que, com o colonizador branco, o desenvolvimento econômico chegou mais rápido e com força no país, graças, principalmente, ao trabalho de afrodescendentes e indígenas. Um exemplo fantástico de resgate cultural acontece este ano com as comemorações dos 180 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil, em especial ao Rio Grande do Sul. Mas pergunto: e a comunidade negra o que fez? Qual foi o papel das negras e dos negros na construção desta América? Em que momento da história se comemora ou se conta esta contribuição? Talvez seja melhor perguntar: em que momento a comunidade negra ganha voz e vez para resgatar e contar sua história?

Continuamos “adormecidos” em relação à nossa história. Precisamos de mais referências. Afirmo esta questão depois de parar para pensar um pouco sobre a história da minha família em relação à

educação. Lá em casa, a educação sempre foi prioridade em todos os sentidos, desde os hábitos mais simples de cortesia para nos dirigirmos a alguém até a “obrigação” de irmos à escola, pois meus pais viam na educação o “passaporte” para sermos profissionais, para conquistarmos um espaço na sociedade. Diziam: “A herança que podemos deixar para vocês é a educação, o estudo, pois isto nunca lhes vão tirar”.

Conhecer a história e reconhecer-se nela torna-se um desafio para a comunidade afro-brasileira, tanto na escola como na família. Provavelmente o desafio maior seja o de reconhecer-se como parte “viva” da história. Um aspecto relevante, abordado por Regina Pahim Pinto, refere-se à questão da educação e família, tema desenvolvido em pesquisa, onde salienta que “não se pode falar numa atitude genérica da família negra frente à educação, pois a forma como é vista a educação, na perspectiva familiar, varia de acordo com o tipo de família e o momento histórico de referência.”³

Segundo a autora, a situação das famílias negras logo após a Abolição não permitia uma organização que pudesse valorizar a educação, garantir e manter os filhos na escola, pois os pais dependiam de recursos e de uma organização familiar. Muitas vezes, os pais não estimulavam os filhos a irem à escola, com o intuito de “preservá-los” de terem que enfrentar barreiras sociais. De acordo com Regina Pahim Pinto,

Florestan Fernandes, em *A integração do negro à sociedade de classes* (1964), destaca duas posturas da família negra frente à educação. Logo após a Abolição, quando, segundo o autor, a família negra enfrentava um estado de desorganização sóciopática, não havia condições para uma valorização da educação. “Os pais ignoravam a existência e a utilidade das escolas. Além disso, a freqüência à escola pressupunha pré-condições, como a existência de recur-

sos, de uma vida organizada, pré-condições estas que eram raras, dada a situação enfrentada pela família negra na época.⁴

Hoje, se pararmos para pensar, depois de tantos anos após a abolição, o povo negro ainda continua escravizado, explorado e discriminado. Apesar dos tempos terem mudado, a grande maioria das famílias negras brasileiras permanece na situação de miséria e na “desorganização sóciopática”, como refere Fernandes na citação acima. As lutas pela dignidade e pela igualdade estão cada vez mais fortes, o que se constata com a questão das políticas afirmativas, as cotas destinadas aos negros na universidade. Em alguns momentos, além da posição contrária de alguns, ouve-se a seguinte pergunta feita pelos próprios negros e negras: – “Que tipo de lei é esta que impõe e determina, mas não garante continuidade”? Sim, porque as cotas abrem as portas para alunas e alunos negros receberem a vaga nas universidades,

mas o “sonho” logo acaba para aqueles que, na impossibilidade de sustentar os demais gastos, desistem dos estudos.

Outro aspecto preocupante que se observa entre as lideranças negras se refere à continuidade dos movimentos, dos projetos, dos pareceres e das leis que, freqüentemente, perdem a força com a simples troca de governo.

O Senador da República Paulo Paim, em palestra sobre “O negro na universidade”, considera que as cotas estão configuradas como política de integração dos que sempre foram excluídos. Se observarmos a realidade das universidades em nosso país, os brancos ocupam 98% e os negros 2% dos espaços universitários, portanto, já se configura uma política de cotas. Segundo o Senador, o que hoje está sendo sinalizado é uma mobilização da sociedade, que está com um movimento de cidadania em defesa da política de cotas. Mas eu deixo uma pergunta para reflexão: o que fazer para sustentar os demais gastos e

garantir a permanência e a continuidade de alunas e alunos negros na universidade pública ou particular? Ficará isto a cargo do/a próprio/a estudante negro/a?

Notas

- 1 Mestranda em Teologia, Área Religião e Educação - EST; Especialista em Supervisão Escolar pela UFRJ, Licenciada em Pedagogia/Supervisão Escolar pela FEEVALE em Novo Hamburgo/RS. Coordenadora Pedagógica no Colégio Luterano Arthur Konrath em Estância Velha/RS; Professora no Curso de Pedagogia do Centro Universitário Feevale em Novo Hamburgo/RS; Pesquisadora do “Grupo de Pesquisa Identidade da EST”.
- 2 Petronilha Beatriz Gonçalves SILVA, ap. em Kabengele MUNANGA, *Superando o racismo na escola*, p. 161.
- 3 Regina Pahim PINTO, A educação do negro: uma revisão bibliográfica, p. 7.
- 4 Ibid.